

NOTA TÉCNICA: 76 | Agosto 2026

TABELA DE RECURSOS E USOS DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ricardo Ferraço

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Antônio Ricardo F. da Rocha

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Wilton Pires Júnior

Diretoria de Gestão Administrativa

Katia Cesconeto de Paula

Coordenação Geral

Edna Moraes Tresinari

Elaboração

Edna Moraes Tresinari

Adriano do Carmo Santos

Vinícius Toledo Manhães

Paula Rúbia Simões Beiral

Sumário

1. Introdução	4
2. TABELA DE RECURSOS E USOS (TRU)	6
I. TABELA DE RECURSOS	7
A1. Valor Bruto da Produção (VBP)	7
A2. Importação e Exportação do Resto do Mundo (Internacional)	9
A2. Importação e Exportação do Resto do Brasil (Interestadual)	10
A. Margens e Impostos	11
Margens de Comércio e Transporte	11
Impostos sobre Produtos Líquido de Subsídios	13
II. TABELA DE USOS	14
B1. Consumo Intermediário	14
B2. Consumo do Governo e ISFLSF	14
Quadro 1 - Fontes de dados por esfera do governo	15
B2. Consumo das Famílias	16
Quadro 2 - Classificação dos grupos de famílias por rendimento, em salários mínimos - 2009	Erro! Indicador não definido.
B2. Formação Bruta de Capital Fixo	17
B2. Variação de Estoques	18
C. Componentes do Valor Adicionado (Conta de Geração de Renda)	19
2.1. Equilíbrio entre Recursos e Usos	21
3. MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO (MIP)	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5. BIBLIOGRAFIA	26

1. Introdução

Atualmente, as informações econômicas das Contas Regionais, calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com os órgãos de pesquisa e planejamento dos estados, são bastante agregadas, com a divulgação restrita a 18 atividades pelas óticas da produção e da renda.

A indisponibilidade de informações econômicas mais detalhadas, aliada ao interesse por problemas econômicos em âmbito local e a necessidade de responder a questões relacionadas com os efeitos das políticas regionais, motivou o desenvolvimento de metodologias para a construção de Tabelas de Recursos e Usos (TRU) e Matriz de Insumo-Produto (MIP) em nível subnacional no Brasil.

Em 2020, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) publicou a primeira TRU e a primeira MIP do Espírito Santo, ambas totalmente estimadas a partir das Contas Regionais e de fontes complementares. Esses produtos, pioneiros no estado, passaram a compor um acervo de dados desagregados que vem sendo amplamente utilizado por pesquisadores da área de economia em diversos estudos.

O principal objetivo das tabelas de recursos e usos, é a análise dos fluxos de bens e serviços e dos aspectos básicos do processo de produção através da estrutura de insumos e estrutura de produção de produtos por atividade e a geração da renda (IBGE, 2007). Dessa forma, a TRU além de permitir uma leitura mais detalhada da economia estadual pelas óticas da produção e da renda fornece informações pela ótica do dispêndio, ainda não mensurada no âmbito das Contas Regionais.

A TRU também serve de base para a construção da Matriz e do Modelo de Insumo-Produto, importante ferramenta de análise estrutural da economia capaz de incorporar todas as relações produtivas e toda a interdependência e encadeamento econômico dos setores produtivos, permitindo a identificação dos multiplicadores de atividade e setores-chaves para a geração de emprego, renda e produção e da mensuração dos fluxos de bens e serviços.

A técnica utilizada, sempre em consonância com o Sistema de Contas Nacionais, parte dos dados das Contas Regionais e realiza a desagregação por produtos e atividades com

base em informações já disponíveis, de diversas pesquisas do IBGE, dados das Secretarias de Fazendas locais e dados de Ministérios e Agências Reguladoras integrantes do governo federal e estadual.

As TRU de 2018 e 2021, bem como a atualização da TRU de 2015, se beneficiaram adicionalmente da tabela de recursos e usos regional de 2018 divulgada pelo IBGE como estatística experimental, que supriu lacunas de informação às quais o IJSN não tem acesso (especialmente dados de exportação e importação de serviços) aprofundando a consistências das estimativas estaduais.

Em linha com o referencial regional existente, este trabalho apresenta a metodologia de construção da Tabela de Recursos e Usos (TRU) e da Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma iniciativa que reafirma o compromisso da Coordenação de Estudos Econômicos e do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) com a provisão e ampliação do conhecimento sobre a economia capixaba. Assim, os resultados ora apresentados permitirão o acesso a informações mais detalhadas da economia estadual, possibilitando identificar potencialidades e gargalos, e melhorar o planejamento no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico.

Os produtos abrangem milhares de dados provenientes das mais variadas fontes que foram classificados, tratados, ajustados e tabulados em conformidade com as Contas Regionais, as recomendações das Contas Nacionais e as metodologias regionais, resultando em uma TRU agregada em 89 produtos e 41 atividades e uma MIP agregada em 41 atividades.

Os passos realizados para a estimação da TRU e da MIP do Espírito Santo, neste trabalho, estão divididos em duas seções, além desta introdução. Na segunda seção, são apresentados os aspectos conceituais e os procedimentos metodológicos relacionados a TRU. Na terceira seção, descreve-se a metodologia de construção da Matriz de Insumo-Produto. Por fim, na última seção, são feitas algumas considerações sobre o presente trabalho.

2. TABELA DE RECURSOS E USOS (TRU)

A Tabela de Recursos e Usos (TRU) é uma representação das operações econômicas de um país ou região na qual são apresentados os principais agregados macroeconômicos, desde a perspectiva da produção, da geração de renda e das despesas realizados na economia desagregados por atividades econômicas e produtos (bens e serviços).

Conforme ressaltado pelo IBGE (2007), o principal objetivo das tabelas de recursos e usos (TRU) é a análise dos fluxos de bens e serviços e dos aspectos básicos do processo de produção através da estrutura de insumos e estrutura de produção de produtos por atividade e a geração da renda.

A TRU é composta por três tabelas:

(i) Tabela de recursos de bens e serviços: registra as informações da oferta total de produtos, isto é, a produção de bens e serviços por cada atividade econômica e as importações destes bens e serviços, tanto internacionais quanto interestaduais. Além disso, traz as informações de impostos sobre os produtos e as margens de comércio e transportes, necessários para a valoração das informações de oferta total à preços básicos e à preços do consumidor, que estão contidos nesta tabela.

(ii) Tabela de usos de bens e serviços: registra as informações da demanda total de produtos, ou seja, o consumo intermediário dos bens e serviços por cada atividade econômica, bem como o consumo final destes produtos e serviços, que, por sua vez, é dividido em consumo das famílias, consumo do governo, formação bruta de capital, exportações, internacionais e interestaduais, e consumo das Instituições sem fins lucrativos a serviços das famílias.

(iii) Valor Adicionado: registra as informações do valor adicionado para cada atividade econômica e sua distribuição primária entre os fatores, trabalho e capital, e impostos que incidem sobre a produção. Traz ainda, as informações de pessoal ocupado.

A seguir, será detalhado cada um dos componentes da TRU no que diz respeito aos aspectos conceituais e metodológicos necessários para a compreensão da estimativa realizada de cada um dos seus elementos.

Figura 1 – Tabela de Recursos e Usos – TRU

I - Tabela de recursos de bens e serviços

Oferta	Produção	Importação
A =	A1 +	A2

II - Tabela de usos de bens e serviços

Oferta	Consumo intermediário	Demanda final
A =	B1 +	B2

Componentes do valor adicionado
C

Fonte: IBGE, 2016.

I. TABELA DE RECURSOS

A1. Valor Bruto da Produção (VBP)

O Valor Bruto da Produção equivale a soma de todos os bens e serviços produzidos na economia estadual no ano base. Engloba a produção de bens intermediários, utilizados no processo produtivo, e bens finais destinados aos agentes econômicos.

Para o cálculo do VBP, foi considerada tanto a produção mercantil (destinada à venda) quanto a produção não mercantil (destinada à coletividade ou ao consumo próprio), mensurada a preços básicos, ou seja, sem considerar as margens de comércio e transporte, bem como os impostos sobre produtos.

A fonte dos dados do VBP foram as informações divulgadas das Contas Regionais que abrange 18 atividades: agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita; pecuária, inclusive apoio a pecuária; produção florestal, pesca e aquicultura; indústria extrativa; indústria de transformação; eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; construção; comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; transporte, armazenagem e correios; serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social; educação e saúde mercantis; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; serviços domésticos. O VBP obtido nas Contas Regionais foi desagregado com base em várias pesquisas para estimar os valores dos produtos e das atividades em um maior nível de detalhamento.

No caso da agropecuária, utilizou-se o Censo Agropecuário 2006 em conjunto com as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM), Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) e Produção Pecuária Municipal (PPM).

A decomposição das informações do VBP da indústria de transformação foi realizada por meio dos dados constantes na Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD).

O mesmo procedimento foi adotado para a indústria extrativa, exceto para a atividade de extração de petróleo, cujo cálculo do VBP a preços básicos utilizou dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A desagregação dos setores de Comércio e Serviços foram cobertas pelas seguintes fontes dos dados: Pesquisa Anual do Comércio (PAC), Pesquisa Anual de Serviços (PAS) e Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), respectivamente.

Os dados para construção; eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação; e as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados foram obtidos diretamente das Contas Regionais, uma vez que, a classificação é correspondente.

As atividades educação e saúde mercantis foram desagregadas com base no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e na PNAD.

A desagregação do VBP da atividade de administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social foi calculada com base nos dados do Portal da Transparência da União, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

Destaca-se que a produção familiar, classificada como produção principal, tem como fonte a PNAD.

Em conjunto aos procedimentos metodológicos citados anteriormente, utilizou-se, ainda, os registros administrativos das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo (SEFAZ/ES) e o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) para complementar ou ajustar as estimativas iniciais.

A2. Importação e Exportação do Resto do Mundo (Internacional)

Os conceitos de importação e exportação correspondem a compra e venda de bens e serviços entre residentes e não residentes. Os dados relativos a estes agregados foram obtidos no portal da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), órgão do Ministério da Economia.

Os produtos exportados e importados, classificados de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) foram convertidos para a codificação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae 2.0) e, posteriormente, compatibilizados com o Sistema de Contas Nacionais (SCN). Por fim, os valores das exportações (expressos em dólar FOB) e das importações (expressos em dólar Cost, Insurance and Freight - CIF) mensais em dólares foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio média de compra e venda mensal, obtida junto ao Banco Central do Brasil. O valor anual foi obtido da soma dos valores mensais.

As informações sobre a importação de bens do exterior e a exportação de bens para o exterior foram complementadas pelos dados de exportações e importações de serviços

extraídos da Tabela de Recursos e Usos Regional de 2018 divulgada pelo IBGE como estatística experimental. Esses valores foram desagregados conforme a estrutura nacional de 2018. Para os anos de 2015 e 2021 os valores foram evoluídos a partir da mesma estrutura de 2018.

A2. Importação e Exportação do Resto do Brasil (Interestadual)

As estimativas das importações e exportações interestaduais do Espírito Santo foram elaboradas com base nos registros administrativos das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) disponibilizados pela SEFAZ/ES. A base contempla as operações de circulação de mercadorias e serviços entre o Espírito Santo e as demais unidades da Federação, permitindo a identificação dos fluxos de comércio interestadual a partir das informações registradas nas notas fiscais.

A identificação das operações de entrada e saída foi realizada por meio dos Códigos Fiscais de Operações e Prestações (CFOP). Foram consideradas as operações classificadas com CFOP iniciado por 2, correspondentes às entradas provenientes de outras unidades da Federação (importações do resto do Brasil), e CFOP iniciado por 6, referentes às saídas destinadas aos demais estados (exportações para o resto do Brasil). Em regra, as NF-e são emitidas pelo remetente da operação, de modo que as transações interestaduais de saída são registradas por meio de documentos fiscais classificados com CFOP iniciado por 6. Entretanto, em situações previstas na legislação tributária, quando a emissão da nota fiscal é realizada pelo destinatário da mercadoria ou do serviço, a operação pode ser registrada como nota de entrada, utilizando CFOP iniciado por 2. Assim, a identificação dos fluxos interestaduais considerou ambas as situações, garantindo a adequada cobertura das operações registradas na base administrativa da SEFAZ/ES.

A base de dados passou por um conjunto de procedimentos de tratamento e consistência, buscando compatibilizar os registros administrativos com os conceitos adotados pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) e pela TRU. Dessa forma, foram excluídas operações que não representam efetiva transferência de bens entre unidades econômicas, tais como devoluções, remessas temporárias, retornos, operações de

demonstração, armazenagem e outras movimentações que não caracterizam mudança de propriedade econômica.

Os produtos registrados nas NF-e encontram-se classificados segundo a NCM. Para possibilitar sua incorporação à estrutura da TRU, os códigos NCM foram convertidos para a classificação de produtos utilizada pelo SCN, mediante tabela de correspondência entre as duas classificações. Nos casos em que a informação do NCM não apresentava correspondência válida ou consistência suficiente para o processo de conversão, os respectivos registros foram excluídos da base.

Após a classificação dos produtos, os valores das operações foram agregados segundo os grupos de produtos da TRU, produzindo vetores de importações e exportações interestaduais utilizadas na construção das tabelas de oferta e demanda. Quando necessário, foram realizados ajustes de consistência e balanceamento durante o processo de equilíbrio da TRU, de modo a garantir a compatibilidade entre os fluxos de comércio interestadual e os demais componentes da oferta e da demanda da economia capixaba.

Essa metodologia permite obter uma representação consistente dos fluxos de comércio entre o Espírito Santo e o restante do país, preservando a aderência aos princípios conceituais das Contas Nacionais, especialmente o registro das transações com base na mudança de propriedade econômica dos bens, e assegurando a integração das informações às estimativas da TRU do Estado.

Por fim, as informações foram complementadas pelos dados de exportações e importações de serviços extraídos TRUR de 2018 do IBGE, aplicando-se tratamento metodológico análogo ao utilizado para as exportação e importações para o exterior.

A. Margens e Impostos

As tabelas de recursos e usos têm um bloco de margens e impostos usado para passar o valor da oferta a preço básico para preço de consumidor.

Margens de Comércio e Transporte

As margens de comércio e de transporte são componentes necessários para a conversão dos valores da oferta registrados a preços básicos para preços de consumidor,

juntamente com os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos. Conceitualmente, a margem de comércio corresponde ao valor gerado pela atividade comercial, representado pela diferença entre a receita obtida com a venda de mercadorias e o custo de aquisição dos produtos revendidos pelos estabelecimentos comerciais. A margem de transporte, por sua vez, corresponde ao valor dos serviços de transporte incorporados ao preço de aquisição dos bens quando o custo de deslocamento entre o produtor e o comprador é suportado pelo adquirente.

A estimação da margem de comércio na TRU-ES foi realizada em duas etapas. Inicialmente, utilizando a TRU-BR, calculou-se, para cada produto, a participação da margem de comércio em relação à oferta a preços básicos. Esses coeficientes foram aplicados à oferta a preços básicos do Espírito Santo, obtendo-se uma distribuição preliminar da margem por produto. Em seguida, essa distribuição foi transformada em uma estrutura de ponderação, utilizada para alocar o valor total da margem de comércio do Estado, obtido a partir da PAC/IBGE, entre os diferentes produtos da TRU-ES.

Para a margem de transporte, diante da inexistência de informações estaduais que permitissem identificar sua distribuição entre os diferentes produtos, adotou-se como referência a estrutura observada na TRU-BR. Inicialmente, calculou-se, para cada produto, a participação da margem de transporte em relação ao valor total da produção na economia brasileira. Em seguida, esses coeficientes foram aplicados ao valor total da produção dos respectivos produtos no Espírito Santo, obtendo-se as estimativas iniciais da margem de transporte na TRU-ES.

As margens de comércio e de transporte representam, simultaneamente, a produção dos respectivos setores econômicos. Dessa forma, seus valores são incorporados aos preços de aquisição dos produtos para a construção da tabela de oferta e demanda. Contudo, na agregação das contas econômicas, essas margens são deduzidas para evitar dupla contagem da produção, uma vez que já estão registradas como produção dos setores de comércio e de transporte.

Por fim, tanto as estimativas da margem de comércio quanto da margem de transporte foram submetidas aos procedimentos de crítica, consistência e balanceamento da TRU-ES. Nessa etapa, realizaram-se os ajustes necessários para assegurar a compatibilidade

entre a oferta e a demanda dos produtos e o equilíbrio do sistema de contas econômicas estaduais.

Em ambos os casos, a estrutura da margem na economia brasileira foi utilizada para distribuir o valor da margem por produto na TRU-ES. Posteriormente, esses valores preliminares foram criticados e ajustados durante as fases de balanceamento da TRU-ES.

Impostos sobre Produtos Líquido de Subsídios

Na TRU estão discriminados os seguintes tributos incidentes sobre os produtos: ICMS, IPI, II e Outros impostos sobre os produtos. Uma vez que as Contas Regionais apresentam apenas os Impostos sobre o produto líquidos de subsídios, o primeiro passo consistiu em reconstituir os montantes de ICMS, IPI e II, com base nos procedimentos descritos no Relatório Metodológico das Contas Regionais: ano de referência 2010, 2ª edição. Os Outros impostos sobre os produtos foram obtidos por resíduo, isto é, subtraindo-se do total dos Impostos sobre o produto líquidos de subsídios os valores apurados para o ICMS, IPI e o II.

Para tanto, foram utilizados diversos arquivos provenientes da STN, do IBGE, da Receita Federal do Brasil e da SEFAZ/ES. Após a regionalização dos tributos federais e a obtenção do imposto estadual, em conformidade com o Relatório Metodológico. O passo seguinte foi distribuir o valor total de cada tributo por produto da TRU-ES.

Como a Receita Federal disponibiliza os dados de IPI dividido em cinco categorias, a desagregação desse imposto por produto foi realizada em três passos. Inicialmente, os valores arrecadados referentes a fumo, bebida e automóveis foram alocados de acordo com os produtos relacionados a essas categorias. O saldo remanescente, relativos ao IPI-importação e IPI-outros foi rateado conforme alíquota média praticada no Brasil. Esse mesmo procedimento foi aplicado ao II. Por fim, a coerência dos dados foi avaliada comparativamente a TRU-BR, efetuando-se ajustes para refletir a realidade local.

No que se refere ao ICMS, o valor foi obtido diretamente junto a SEFAZ/ES, por CNAE de sete dígitos e submetido a uma crítica produto a produto, visando a correção de inconsistências, para então ser agregado segundo a classificação de produtos da TRU-ES.

II. TABELA DE USOS

B1. Consumo Intermediário

O consumo intermediário (CI) refere-se aos bens e serviços consumidos pelas atividades econômicas domésticas para produzir outros produtos. Portanto, é composto por matérias primas, material de embalagem, material de reposição, despesas administrativas entre outros. No entanto, não engloba os componentes da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), como bens de capital e serviços ligados à transferência ou à instalação de ativos.

O consumo intermediário foi obtido das informações das 18 atividades divulgadas nas Contas Regionais. A desagregação do CI total por atividade e por produto foi estimada a partir da TRU-BR em conjunto com os dados pesquisas setoriais do IBGE (PIA, PAC, PAIC e PAS) e dos registros administrativos das NF-e da SEFAZ/ES. Na etapa de equilíbrio entre a oferta e a demanda, a matriz de consumo intermediário foi alterada para refletir mais adequadamente as características da estrutura produtiva regional.

B2. Consumo do Governo e ISFLSF

Os bens e serviços produzidos pelo Governo e pelas instituições sem fins lucrativos são considerados não mercantis. Em razão das estatísticas registradas na TRU serem mensuradas pelo ponto de vista de quem paga pelo produto, por definição, tanto o Governo como as ISFLSF consomem tudo que produz.

No âmbito Sistema de Contas Nacionais e Regionais, o Governo abrange as entidades pertencentes a administração federal, estadual e municipal, excluindo, contudo, as empresas públicas, bancos públicos e o Banco Central.

As atividades do Governo foram desagregadas em três: Administração pública, defesa e seguridade social, Saúde pública e Educação pública. Para tanto, foi considerado fixo os valores aferidos nas contas regionais, do qual foi descontado os valores calculados para educação e saúde pública.

O VBP do Governo foi aferido pela soma das rubricas indicadas no Relatório Metodológico das Contas Nacionais, Contas Regionais e Produto Interno Bruto dos Municípios.

No cálculo das atividades relativas ao Governo foram utilizadas as seguintes fontes por esfera de governo e por atividade:

Quadro 1- Fontes de dados por esfera do governo

Fontes	Esfera de governo	Atividade
Portal da Transparência	União	APU, Educação e Saúde
Secretária do Tesouro Nacional (STN)	Estado e Municípios	APU
Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)	Estado e Municípios	Saúde pública
Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE)	Estado	Educação pública
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES)	Estado e Municípios	Educação pública

Fonte: Elaboração própria.

Para calcular o VA por esfera de governo e atividade, foram utilizadas as rubricas indicadas no Apêndice 4 (Códigos do cadastro do FINBRA) do Relatório Metodológico do PIB dos municípios, 3ª edição. Para o CI, foi utilizado o Anexo 4 (Tradutor FINBRA) do Relatório Metodológico do PIB dos municípios, 2ª edição. No caso do CI, foram excluídas as rubricas 3.3.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado e 3.3.90.95.00 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo, por terem sido classificadas como VA no Relatório Metodológico do PIB dos municípios, 3ª edição. Adicionalmente, foram incorporadas ao VA as contas relativas ao Consumo de Capital fixo.

O VBP foi distribuído por produto nas atividades administração pública, saúde pública e educação pública com base nos dados da receita orçamentária proveniente da exploração patrimonial e da exploração da atividade econômica (agropecuária, industrial e serviços) dos governos municipais, estadual e federal no estado do Espírito Santo, complementados por informações de P&D do MCTI.

No que tange ao CI, procedeu-se a uma distribuição inicial por produto tomando por base a despesa orçamentária em nível de subelemento, buscando aproximar os bens e serviços adquiridos para o funcionamento da administração pública. Os resultados encontrados foram desagregados por atividade e recalibrados para que a composição total do Espírito Santo fosse coerente com a estrutura apresentada na TRU nacional.

B2. Consumo das Famílias

A estimativa do consumo das famílias teve como principal fonte de informações a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, responsável por fornecer a estrutura de despesas das famílias por produto e por faixa de rendimento. Como a POF não possui periodicidade anual, foi necessário adotar procedimentos de atualização para estimar o consumo das famílias nos anos de referência da TRU-ES.

Na elaboração da TRU-ES 2015, utilizou-se a metodologia empregada pelo Sistema de Contas Nacionais para a estimativa inicial do consumo das famílias, baseada na projeção da estrutura de consumo da POF a partir da evolução da renda das famílias. Entretanto, para a elaboração dos anos de 2018 e 2021, essa metodologia foi aperfeiçoada, passando-se a utilizar um método de atualização da despesa das famílias baseado na variação da distribuição da renda entre as diferentes faixas de rendimento. Essa abordagem permite incorporar as mudanças ocorridas na composição da renda das famílias ao longo do tempo, aproximando a estimativa do comportamento efetivo do consumo e tornando-a mais aderente às metodologias recentemente adotadas nas TRUs regionais.

Para tanto, as despesas observadas na POF foram compatibilizadas com a classificação de produtos do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e organizadas por faixas de rendimento domiciliar per capita. Em seguida, calculou-se, para cada produto e faixa de renda, a relação entre a despesa observada na POF e a correspondente massa de rendimento, obtendo-se uma estrutura de consumo específica para cada estrato de renda.

As informações de rendimento foram obtidas a partir da PNAD e da PNADC, sendo previamente compatibilizadas com o conceito de renda adotado na POF e nas Contas Nacionais. Para isso, consideraram-se apenas os rendimentos monetários e adotou-se a mesma definição de população utilizada nas pesquisas domiciliares. Em seguida, calculou-se, para cada produto e faixa de renda, a razão entre a despesa observada na POF e a massa de rendimento da PNAD 2008. Além disso, a estrutura de rendimentos da PNAD 2015 foi atualizada por meio da variação observada na PNADC Anual,

preservando a comparabilidade entre as pesquisas e incorporando as alterações na distribuição da renda entre 2015, 2018 e 2021.

Para atualizar as estruturas para 2018 e 2021, utilizou-se a massa de rendimento da PNAD 2015, evoluída pela variação observada na PNADC Anual entre 2015 – 2018 e 2015 - 2021, preservando a distribuição de renda da PNAD e incorporando a evolução captada pela PNADC, conforme procedimento adotado pelo IBGE nas Contas Regionais. Dessa forma, obteve-se uma nova estimativa do consumo por produto e faixa de renda para 2018 e 2021.

Alguns produtos demandaram tratamento específico em razão das diferenças conceituais entre a POF e o Sistema de Contas Nacionais. É o caso dos automóveis, eletrodomésticos, aluguéis e outros itens cuja mensuração na pesquisa domiciliar não corresponde diretamente ao conceito de consumo final das Contas Nacionais. Nessas situações, as estimativas foram definidas durante o processo de balanceamento da TRU-ES, utilizando como referência a estrutura observada nas Contas Nacionais e a compatibilização entre oferta e demanda. Os produtos que não apresentam consumo das famílias na TRU-BR também foram excluídos da estimativa estadual, por não integrarem esse componente da demanda final.

As estimativas obtidas foram, então, submetidas aos procedimentos de crítica, consistência e balanceamento da TRU, etapa em que foram realizados os ajustes necessários para garantir a compatibilidade entre a oferta e a demanda de produtos e o equilíbrio das contas econômicas estaduais.

B2. Formação Bruta de Capital Fixo

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) compreende os investimentos realizados em ativos fixos utilizados no processo produtivo por mais de um período, tais como construções, máquinas e equipamentos, meios de transporte, recursos biológicos cultivados e ativos de propriedade intelectual, refletindo a expansão da capacidade produtiva da economia.

A estimação da FBCF do Espírito Santo seguiu os conceitos do Sistema de Contas Nacionais 2008 (SNA 2008) e a metodologia da TRU-BR. Inicialmente, foram

identificados os produtos passíveis de formação de capital por meio da classificação NCM-BEC/CEEC, que relaciona os códigos da NCM às categorias de uso econômico. Foram considerados apenas os produtos classificados como formadores de capital na TRU-BR.

Para esses produtos, estimou-se a oferta interna destinada à formação de capital, utilizando informações de produção estadual, importações e exportações internacionais (SECEX) e interestaduais (SEFAZ/ES). Nos produtos de uso misto, como automóveis e eletrodomésticos, adotou-se a estrutura de utilização observada na TRU-BR para decompor a oferta entre consumo e investimento.

Para os recursos biológicos cultivados, as estimativas foram baseadas nas pesquisas PAM, PPM e PEVS do IBGE, utilizando indicadores como área cultivada, área de florestas plantadas e efetivo de rebanhos como proxies para distribuir os valores da FBCF da TRU-BR. Na atividade de exploração de petróleo e gás natural e nos ativos de propriedade intelectual, foram utilizados como referência os resultados da TRU Regional do Espírito Santo para 2018, atualizados para 2021 com base na variação observada na TRU-BR. A produção da construção civil foi integralmente alocada à FBCF, conforme a metodologia das Contas Nacionais.

Os valores inicialmente estimados foram incorporados ao processo de balanceamento da TRU-ES, no qual foram avaliados quanto à sua consistência e ajustados, quando necessário, para garantir a compatibilidade entre os componentes da oferta e da demanda e o equilíbrio do sistema de contas estaduais.

B3. Variação de Estoques

A variação de estoques (VE) corresponde à diferença entre as entradas e as saídas de bens mantidos em estoque pelas unidades produtivas durante o período de referência, sendo avaliada a preços correntes de mercado. Esse componente da demanda final reflete o aumento ou a redução dos estoques de produtos na economia ao longo do ano.

Em virtude da inexistência de informações estaduais que permitam mensurar diretamente a variação de estoques por produto, sua estimação foi realizada com base

na estrutura observada na TRU-BR. As estimativas obtidas constituíram os valores iniciais da TRU-ES e foram posteriormente submetidas aos procedimentos de crítica, consistência e balanceamento, durante os quais foram efetuados os ajustes necessários para assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de produtos.

C. Componentes do Valor Adicionado (Conta de Geração de Renda)

Ao se descontar do valor bruto da produção o valor do consumo intermediário, encontra-se o valor adicionado bruto (VAB). A conta geração de renda evidencia como o VAB se distribui entre os fatores de produção (capital e trabalho) e o governo (impostos e subsídios). Ademais, essa conta também apresenta o fator trabalho em cada atividade.

Remuneração dos Empregados

A remuneração do trabalho é composta por salários e ordenados, contribuições sociais efetivas (previdência oficial/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e previdência privada) e contribuições sociais imputadas.

A remuneração dos empregados foi obtida da conta renda divulgados nas contas regionais. A distribuição da remuneração pelas atividades foi realizada por meio da desagregação destes valores. Para tanto, utilizou-se as informações das Pesquisas setoriais do IBGE (CEMPRE, PIA, PAC, PAS e PAIC), da RAIS para os vínculos formais, acrescido das estruturas da PNAD evoluída pela PNADC para as ocupações sem vínculo formal. Constituem exceções as atividades da Agropecuária, que foram desagregadas a partir do VBP e da Administração pública, que levou em conta além do VAB, os dados de fontes relacionadas ao governo apresentados no Quadro 1.

O valor atribuído ao componente remuneração, após a desagregação, foi submetido a um processo de crítica, em virtude de seu peso e impacto sobre o total do VAB. Adotou-se como indicador de qualidade a obtenção de valores positivos para a soma dos componentes EOB e RM, devido ao caráter residual adotado no cálculo do EOB. Nos casos em que se verificou valor negativo, o indicador das pesquisas setoriais (PIA, PAIC,

PAC e PAS) foi substituído por indicadores do CEMPRE, procedimento que somente não foi aplicado nas atividades que também registrassem valor negativo em nível nacional.

Excedente Operacional Bruto (EOB) e Rendimento Misto Bruto (RM)

O EOB corresponde à remuneração do capital das empresas constituídas, em outras palavras, é o rendimento exclusivo da propriedade. Seu valor foi estimado como o saldo remanescente da subtração, em relação ao valor adicionado bruto, das seguintes parcelas: remunerações, outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação e rendimento misto bruto.

Por sua vez, o RM é caracterizado pela remuneração das empresas familiares, nas quais, em geral, não se distingue o retorno do capital da remuneração do proprietário, inviabilizando a segregação entre a parcela relativa ao fator trabalho e aquela pertinente ao fator capital. Para estimativa do RM utilizaram-se os dados da PNAD, tendo em vista a participação dos rendimentos das pessoas ocupadas por conta-própria.

Outros Impostos sobre a Produção Líquido de Subsídios

Os outros impostos e subsídios sobre a produção abrange os impostos incidentes sobre a mão-de-obra empregada ou sobre as remunerações pagas, bem como as taxas incidentes sobre o exercício de determinadas atividades, sendo devidos independentemente do volume efetivamente produzido.

A estimativa dos impostos e subsídios sobre a produção foi realizada com base nos dados totais das contas regionais. Para o rateio entre as atividades, adotou-se a desagregação por meio do VBP do sistema de contas regionais.

Pessoal Ocupado

O total de ocupações é dado pela soma dos trabalhadores com e sem carteira assinada, além de funcionários públicos e militares, trabalhadores por conta própria, trabalhadores não remunerados e empregadores. A fonte principal das informações foi a PNAD, devido ao fato de as informações dessa pesquisa proporcionarem um nível maior de detalhamento. Adicionalmente, foram utilizadas também, a PIA, a PAC, a PAIC

e a PAS, bem como as informações da RAIS Identificada, que foram utilizadas em contraposição às informações da PNAD.

Na extração de microdados sobre fator trabalho e remunerações da PNAD, considerou-se apenas dados relacionados a População Economicamente Ativa (PEA), tal que a faixa etária selecionada incluiu pessoas com 15 anos ou mais de idade.

2.1. Equilíbrio entre Recursos e Usos

Diferentes bases de dados são utilizadas para coleta de informações relacionadas a oferta (recursos) e demanda (uso). As divergências geradas por essa variedade de fontes foram ajustadas na fase de equilíbrio da TRU, no momento do balanceamento. Este ajuste é realizado por meio da planilha de ajuste de oferta e demanda produto a produto e considerou as particularidades da economia capixaba. Equilibrar de forma acurada a matriz de consumo intermediário exigiu o uso do método de ajuste biproporcional RAS.

3. MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO (MIP)¹

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) constitui um instrumento utilizado para analisar, de forma desagregada, a estrutura produtiva de uma economia e as relações estabelecidas entre oferta, demanda e atividades econômicas. Sua principal característica é evidenciar as interdependências existentes entre as atividades produtivas, tanto no que se refere à utilização de insumos quanto ao destino dos bens e serviços produzidos para atender à demanda final.

A MIP é estruturada como uma matriz quadrada, na qual linhas e colunas representam os fluxos de bens e serviços entre as diferentes atividades econômicas. Dessa forma, o sistema permite identificar como a produção de uma atividade depende dos produtos fornecidos por outras atividades e como alterações na demanda final podem repercutir sobre o conjunto da economia.

¹ Para aprofundamento da fundamentação teórica e metodológica, consultar Feijó *et al.* (2017), Miller e Blair (1985).

Por representar as relações econômicas observadas em determinado período, a MIP constitui uma representação estática da estrutura produtiva de uma região. Nesse sentido, configura-se como importante instrumento para análises econômicas e para o planejamento regional, especialmente em razão da quantidade e da diversidade de informações que podem ser obtidas a partir de sua estrutura, conforme destacado por IPARDES (2008).

Ao explicitar as relações entre as diferentes atividades que compõem o sistema produtivo, a MIP permite avaliar a intensidade e a extensão dos encadeamentos econômicos. A partir dessa estrutura, podem ser calculados multiplicadores relacionados a diferentes variáveis de interesse, possibilitando mensurar os efeitos diretos, indiretos e induzidos decorrentes de alterações na demanda final.

A construção da MIP parte das informações disponíveis na Tabela de Recursos e Usos (TRU). Nessa etapa, os fluxos de demanda intermediária e demanda final dos produtos, originalmente valorados a preços de consumidor, são convertidos para preços básicos. Para isso, são retirados os impostos e as margens incidentes sobre os produtos, de modo a garantir maior homogeneidade entre os valores da oferta e da demanda. Esses componentes não estão diretamente relacionados ao processo produtivo, razão pela qual sua exclusão permite representar de maneira mais adequada as relações efetivamente associadas à produção.

Também são excluídos os valores correspondentes às importações internacionais e interestaduais, de forma que a matriz resultante represente as relações entre a produção e o consumo domésticos.

A partir dessas informações, o valor bruto da produção pode ser representado segundo duas perspectivas: por produto e por atividade. Pela ótica dos produtos, representada pelo vetor q' , o valor bruto da produção corresponde à soma do consumo intermediário doméstico com a demanda final destinada aos produtos domésticos.

$$q' = Un + fn$$

em que q' representa o vetor do valor bruto da produção por produto, Un corresponde à matriz de consumo intermediário doméstico a preços básicos e fn representa o vetor da demanda final por produtos domésticos.

Pela ótica das atividades, representada pelo vetor g' , o valor bruto da produção corresponde ao valor total da produção de cada atividade, obtido a partir da tabela de produção V :

$$g' = V_1$$

em que 1 representa um vetor coluna unitário utilizado para somar os produtos produzidos por cada atividade.

O modelo de insumo-produto pressupõe, em sua formulação básica, que cada produto seja produzido por uma única atividade, hipótese denominada homogeneidade. Entretanto, a estrutura observada na TRU apresenta produção secundária, ou seja, determinados produtos podem ser produzidos por mais de uma atividade. Para compatibilizar essa característica da estrutura produtiva observada com as exigências do modelo de insumo-produto, adota-se o modelo de tecnologia do setor.

Esse procedimento combina duas hipóteses. A primeira é a hipótese de market-share, segundo a qual a demanda por determinado produto é distribuída entre as atividades produtoras de acordo com a participação de cada uma na produção desse produto. A segunda é a hipótese de tecnologia do setor, que considera que a utilização dos insumos é proporcional à produção total da atividade, assumindo que a tecnologia constitui uma característica da própria atividade produtiva.

A partir da hipótese de *market-share*, é construída a matriz D , que representa a participação de cada atividade econômica na produção dos produtos domésticos. Essa matriz é obtida a partir da transposição da tabela de produção (V) da TRU, seguida da divisão de cada linha pelo valor total da produção do respectivo produto (q').

$$D = q'^{-1} V'$$

em que q'^{-1} representa a matriz diagonal formada pelos elementos do vetor q' , posteriormente invertida, e V' corresponde à transposta da tabela de produção.

Por sua vez, a hipótese de tecnologia do setor permite obter, a partir da tabela de insumos domésticos a preços básicos (Un), a matriz Bn , composta pelos coeficientes técnicos dos insumos por produto e atividade. Esses coeficientes são calculados dividindo-se os valores de Un pelo valor total da produção da respectiva atividade (g').

$$Bn = Un g'^{-1}$$

em que g'^{-1} corresponde à matriz diagonal inversa formada a partir do vetor de produção por atividade.

Os coeficientes de Bn representam, portanto, os requerimentos de cada produto para a produção de uma unidade monetária de cada atividade econômica.

A combinação dessas duas hipóteses permite estabelecer a relação entre produtos e atividades e obter a matriz de coeficientes técnicos intersetoriais, denominada A . Essa matriz resulta do produto entre D e Bn e possui dimensão quadrada, com o mesmo número de linhas e colunas.

$$A = DBn$$

Seus elementos indicam quanto de produção de uma determinada atividade é requerido, direta ou imediatamente, para viabilizar a produção de outra atividade.

A partir da matriz A , aplica-se a formulação do modelo de Leontief. Subtraindo-se a matriz de coeficientes técnicos da matriz identidade e realizando-se a inversão, obtém-se a matriz inversa de Leontief, ou matriz de impactos.

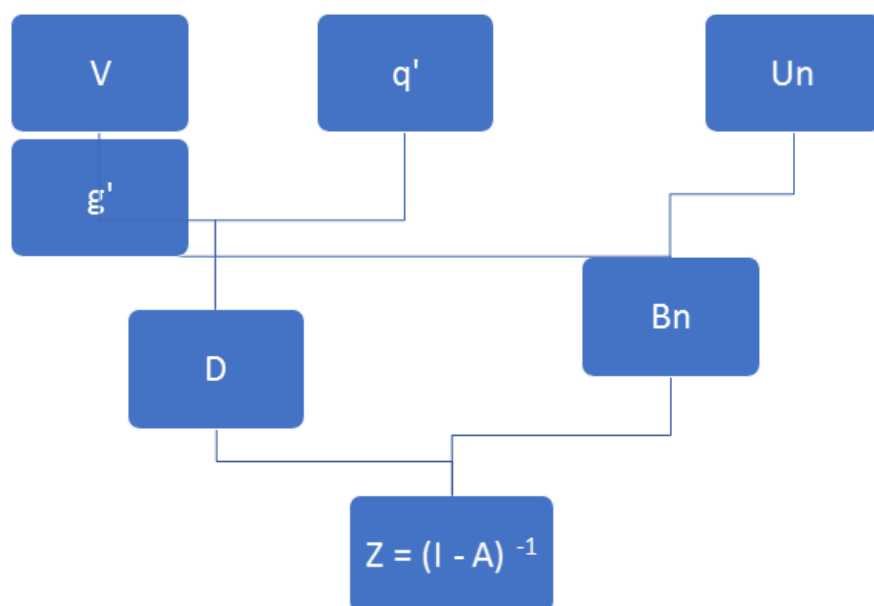
$$Z = (I - A)^{-1}$$

em que I é a matriz identidade.

Essa matriz permite determinar os requisitos totais de produção necessários para atender a uma determinada variação na demanda final, incorporando tanto os efeitos diretos quanto os efeitos indiretos decorrentes dos encadeamentos produtivos.

Dessa forma, a partir da MIP é possível identificar como um estímulo inicial na demanda final de determinada atividade se propaga pela economia, gerando necessidades adicionais de produção nos seus fornecedores e, sucessivamente, nos fornecedores desses fornecedores.

Figura 2 – Construção das matrizes de relações intersetoriais



Fonte: SEI, 2014.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta nota técnica foi apresentar a metodologia de construção da Tabela de Recursos e Usos e da Matriz Insumo Produto do Estado do Espírito Santo, detalhando os procedimentos adotados, as fontes de dados utilizadas e os aprimoramentos incorporados nas estimativas mais recentes.

A elaboração da TRU e da MIP do Espírito Santo reafirma a importância de produzir informações econômicas mais detalhadas e compatíveis com as necessidades analíticas do estado. A experiência acumulada desde a primeira TRU e MIP publicadas pelo IJSN em 2020, somada ao uso de novas informações como a TRU regional experimental do IBGE, permitiu aprimorar a qualidade das estimativas e ampliar o alcance dos resultados.

Os produtos apresentados consolidam um esforço contínuo de aperfeiçoamento metodológico e de integração de fonte, oferecendo ao Espírito Santo instrumentos potentes para compreender sua estrutura produtiva, avaliar impactos de políticas públicas e apoiar decisões estratégicas de planejamento. A disponibilização dessas

informações contribui para fortalecer a capacidade analítica do estado e ampliar o conhecimento sobre a dinâmica econômica capixaba, reforçando o compromisso do IJSN com a produção de estatísticas de qualidade e com o desenvolvimento regional.

5. BIBLIOGRAFIA

CAMILO, N. **Teoria e prática na utilização da matriz insumo-produto como ferramenta de pesquisa**. RNTI. Revista Negócios e Tecnologia da Informação (Impresso), v. 2, p. 34-50, 2007.

CARVALHEIRO, N. **Observações sobre a elaboração da matriz de insumo-produto**. São Paulo: PESQUISA & DEBATE, volume 9, número 2(14), p. 139-157, 1998.

CONDEPE/FIDEM - AGÊNCIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Tabela de recursos e usos – TRU**: Pernambuco 2005. Recife, 2010.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência. 2015a**. Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/despesas/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2015&ate=31%2F12%2F2015&localidadeGasto=ET18&colunasSelecionadas=unidadeOrcamentaria%2Cfuncao%2CsubFuncao%2CgrupoDespesa%2CElementoDespesa%2CmodalidadeDespesa%2CvalorDespesaLiquidada%2CvalorDespesaPaga>>. Acesso em: 10 maio 2018.

EUROSTAT. **Eurostat Manual of Supply, Use and Input-Output Tables**. 2008 ed. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2008. ISBN 978-92-79-04735-0.

FEIJÓ, C. A.; RAMOS, R. L. O. **Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2017.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Matriz de insumo-produto do Rio Grande do Sul – 1998**. Porto Alegre, 2002.

----- **Matriz de insumo-produto do Rio Grande do Sul – 2003**. Porto Alegre, 2007.

----- **Matriz de insumo-produto do Rio Grande do Sul – 2008**. Porto Alegre, 2014.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Matriz de comércio interestadual de Minas Gerais: 2015-2022**. Belo Horizonte: FJP, 2023. 38 p. (Estatística e Informações, n. 58).

-----. **Tabela de Recursos e Usos (TRU-Regional) e matriz de insumo-produto para o estado de Minas Gerais - 2005**. Belo Horizonte: FJP, 2009.

-----. **Tabela de Recursos e Usos e Matriz de Insumo-Produto de Minas Gerais - 2008**. Belo Horizonte: FJP, 2015.

-----. **Tabela de Recursos e Usos e Matriz de Insumo-Produto de Minas Gerais - 2013**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

-----. **Tabela de Recursos e Usos e Matriz de Insumo-Produto de Minas Gerais - 2016**. Belo Horizonte: FJP, 2020.

FREITAS, F. N. P. de (coord.). **Matriz Insumo Produto para o Estado do Rio de Janeiro: Tabelas de Recursos e Usos e Tabelas de Passagem: relatório metodológico**. Rio de Janeiro: ALERJ; UFRJ; FUJB, 2023.

GALVÃO, O. J. de A. **Comércio inter-regional no Brasil: Do fim do arquipélago a uma integração assimétrica - 1943-2006**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 297-319, maio/ago. 2021.

GUILHOTO, J. J. M. **Análise de insumo – produto: teoria e fundamentos**. São Paulo: USP, 2004.

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. **Estimação da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais**. Economia Aplicada, São Paulo: USP/FEA, v.9, n.2, p.277-299, abr./jun.2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

-----. **Contas regionais do Brasil: ano de referência 2010**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. (Relatórios Metodológicos, 37).

-----. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a.

- . **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 23, 2015.
- . **Pesquisa Anual da Indústria da Construção**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b.
- . **Pesquisa Anual de Comércio**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 2015.
- . **Pesquisa Anual de Comércio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021c.
- . **Pesquisa Anual de Serviços**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, 2015.
- . **Pesquisa Anual de Serviços**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021d.
- . **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- . **Pesquisa Industrial**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, n.1, 2015.
- . **Pesquisa Industrial**: produto. Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, n. 2, 2015.
- . **Pesquisa Industrial Anual - Empresa**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021e.
- . **Pesquisa Industrial Anual - Produto**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021f.
- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: síntese de indicadores 2013. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a.
- . **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- . **Produção Agrícola Municipal**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 2015.
- . **Produção Agrícola Municipal 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021g.
- . **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 2015.
- . **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021h.
- . **Produção da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 41. 2015.
- . **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021i.
- . **Sistema de contas nacionais Brasil: ano de referência 2010**. Nota Metodológica nº07. As famílias no sistema de contas nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b.

-----. **Sistema de contas nacionais Brasil: ano de referência 2010.** Nota Metodológica nº13. Formação Bruta de Capital Fixo. Rio de Janeiro: IBGE, 2015c.

-----. **Sistema de contas nacionais Brasil: ano de referência 2010.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. (Relatórios Metodológicos, 24).

-----. **Sistema de Contas Nacionais: estatísticas experimentais: 2018 Tabelas de Recursos e Usos por Unidades da Federação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Tabela de Recursos e Usos e Matriz de Insumo-Produto do Espírito Santo - 2015.** (Texto para discussão, 60). Vitória, ES: IJSN, 2020.

IMB - INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Tabela de recursos e usos – TRU:** Goiás – 2008. Goiânia: IMB, 2012.

IME - INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA. **Construção da Matriz Insumo-Produto inter-regional Mato Grosso e resto do Brasil - 2007.** Cuiabá: Seplan; Famato; Imea, 2010.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Tabela de recursos e usos – TRU:** Paraná 2008. [Curitiba]: IPARDES, [2014].

-----. **Modelo insumo-produto:** uma aplicação para a Economia Paranaense. Curitiba: IPARDES, 2014. (Nota Técnica nº25).

-----. **Tabela de Recursos e Usos -TRU:** Paraná 2015. Curitiba: IPARDES, 2020.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimação das tabelas auxiliares de impostos e margens da matriz de insumo-produto com mínima perda de informação: algoritmo *raws*.** Rio de Janeiro: IPEA, nov.2014.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Tabela de recursos e usos e matriz insumo-produto regionais para economia cearense.** Fortaleza: IPECE, jan.2020. (Nota Técnica nº70).

LEITE, A. P.V.; PEREIRA, R. M. **Matriz insumo-produto da economia baiana: uma análise estrutural e subsídio às políticas de planejamento.** Revista Desenharia, n. 13. Bahia, set.2010, p:99.

LIMA JÚNIOR, O. P. de. **Matriz do fluxo de comércio interestadual dos estados do Ceará, Paraná e Mato Grosso: uma análise comparativa do período de 2011 a 2016**. 2017. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MELO, A. S. S. A. *et al.* **Construção da matriz de insumo-produto de Pernambuco para 2005 com aplicação para análise de novas indústrias**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 16., 2011, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. **Input-output analysis: foundations and extensions**. 2.ed. Washington, DC: Cambridge University Press, 2009.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil. **Resultado da Arrecadação**. 2024. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/resultado-da-arrecadacao>>. Acesso em: 17 junho 2024.

-----. Secretaria do Tesouro Nacional. **Siconfi: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. 2015.d Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 5 maio 2025.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)**. 2015b. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/siops/demonstrativos-e-dados-informados/dados-informados/estados-distrito-federal>>. Acesso em: 30 abril 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Vendas de derivados de petróleo e etanol**. 2018. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>>. Acesso em: 19 junho 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Secretaria de Comércio Exterior. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>.

NOCKO, L. M. *et al.* **Método das peneiras sucessivas na extração de dados da Nota Fiscal Eletrônica no Distrito Federal**. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 2017. 22 p. (Nota Técnica GEREM/DIEPS).

PORSSE, A. A. **Multiplicadores de impacto na economia gaúcha: aplicação do modelo de insumo-produto fechado de Leontief**. Porto Alegre: FEE, 2002. (Documentos FEE, n.52).

ROMANATTO, Eduiges *et al.* **Comércio interestadual de Goiás: uma análise para 2009**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília, n. 5, p. 37-49, jun. 2011.

SEFAZ - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. RECEITA ESTADUAL. Gerência de Arrecadação e Cadastro. **Manual de orientação para preenchimento da Declaração de Operações Tributáveis - DOT**. Vitória/ES: GEDEF, 6 maio 2015.

SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL *et al.* **Relatório de pesquisa: construção da matriz insumo-produto inter-regional Mato Grosso e resto do Brasil – 2007**. Cuiabá, 2010.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Relatório da matriz de insumo-produto Bahia 2009**. Salvador: SEI, 2014.

----- **Tabela de recursos e usos do estado da Bahia 2009**. Salvador: SEI, 2013.

----- **Tabela de recursos e usos do estado da Bahia 2012**. Salvador: SEI, [2018].

SILVA, Giliad de Souza *et al.* (org.). **Tabelas de Recursos e Usos (TRU) do Pará 2017**. Belém: UNIFESPA, Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação, 2023.

SOUZA, P. H. G. F. **A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização comparação entre Censos, PNADs e POFs**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos de População, v. 32, n.1, p. 165-188, jan./abr. 2015.

SUFRAMA - SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS; UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM. **Matriz de insumo-produto do Amazonas - 2006: MIP-AM (ano base 2006)**. Manaus: SUFRAMA, 2012.

TCE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Despesas dos municípios capixabas** - Controle Externo TCEES. 2015. Disponível em: <http://dados.es.gov.br/dataset/despesas-municipios>. Acesso em: 9 maio 2025.

----- **Receitas dos municípios capixabas** - Controle Externo TCEES. 2015. Disponível em: <http://dados.es.gov.br/dataset/receitas-municipios>. Acesso em: 9 maio 2025.

APÊNDICE A

Quadro 1: Compatibilização da classificação das atividades da Tabela de Recursos e Usos do Espírito Santo (TRU-ES) e Tabela de Recursos e Usos do Brasil (TRU-BR)

Código Atividade	Descrição Atividade (68)	Código Atividade	Descrição Atividade (41)
0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós colheita	0191	Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita
0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0192	Pecuária, inclusive o apoio à pecuária
0280	Produção florestal; pesca e aquicultura	0280	Produção florestal; pesca e aquicultura
0580	Extração de carvão mineral e de minerais não-metálicos	0581	Extração de carvão mineral, minerais não-metálicos e metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos
0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0680	Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio
0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0791	Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração
0792	Extração de minerais metálicos não-ferrosos, inclusive beneficiamentos	0581	Extração de carvão mineral, minerais não-metálicos e metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos
1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	1091	Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca
1092	Fabricação e refino de açúcar	1094	Outros produtos alimentares e bebidas
1093	Outros produtos alimentares	1094	Outros produtos alimentares e bebidas
1100	Fabricação de bebidas	1094	Outros produtos alimentares e bebidas
1200	Fabricação de produtos do fumo	1601	Fabricação de produtos da madeira, móveis e das indústrias diversas
1300	Fabricação de produtos têxteis	1301	Fabricação de produtos têxteis, artefatos do vestuário, acessórios, artefatos de couro e calçados
1400	Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	1301	Fabricação de produtos têxteis, artefatos do vestuário, acessórios, artefatos de couro e calçados
1500	Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1301	Fabricação de produtos têxteis, artefatos do vestuário, acessórios, artefatos de couro e calçados
1600	Fabricação de produtos da madeira	1601	Fabricação de produtos da madeira, móveis e das indústrias diversas
1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1700	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
1800	Impressão e reprodução de gravações	1601	Fabricação de produtos da madeira, móveis e das indústrias diversas
1991	Refino de petróleo e coquerias	1990	Refino de petróleo, coquerias e fabricação de biocombustíveis
1992	Fabricação de biocombustíveis	1990	Refino de petróleo, coquerias e fabricação de biocombustíveis

Continua

Continuação

Código Atividade	Descrição Atividade (68)	Código Atividade	Descrição Atividade (41)
2091	Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	2090	Fabricação de químicos, borracha e de material plásticos
2092	Fabricação de defensivos, desinfetantes, tintas e químicos diversos	2090	Fabricação de químicos, borracha e de material plásticos
2093	Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	2090	Fabricação de químicos, borracha e de material plásticos
2100	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2090	Fabricação de químicos, borracha e de material plásticos
2200	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2090	Fabricação de químicos, borracha e de material plásticos
2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2300	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
2491	Produção de ferro-gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	2490	Metalurgia
2492	Metalurgia de metais não-ferrosos e a fundição de metais	2490	Metalurgia
2500	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2501	Fabricação de produtos de metal, máquinas e equipamentos
2600	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	2501	Fabricação de produtos de metal, máquinas e equipamentos
2700	Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	2501	Fabricação de produtos de metal, máquinas e equipamentos
2800	Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	2501	Fabricação de produtos de metal, máquinas e equipamentos
2991	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	2990	Fabricação de automóveis, caminhões, ônibus, peças e outros equipamentos de transporte
2992	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	2990	Fabricação de automóveis, caminhões, ônibus, peças e outros equipamentos de transporte
3000	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2990	Fabricação de automóveis, caminhões, ônibus, peças e outros equipamentos de transporte
3180	Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	1601	Fabricação de produtos da madeira, móveis e das indústrias diversas
3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	3300	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos
3500	Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	3501	Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana
3680	Água, esgoto e gestão de resíduos	3501	Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana
4180	Construção	4180	Construção
4500	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	4500	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
4680	Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores	4680	Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores
4900	Transporte terrestre	4900	Transporte terrestre
5000	Transporte aquaviário	5000	Transporte aquaviário
5100	Transporte aéreo	5100	Transporte aéreo
5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	5280	Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio
5500	Alojamento	5500	Alojamento
5600	Alimentação	5600	Alimentação
5800	Edição e edição integrada à impressão	5801	Serviço de informação
5980	Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	5801	Serviço de informação
6100	Telecomunicações	5801	Serviço de informação
6280	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	5801	Serviço de informação
6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6480	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar

Continua

Conclusão

Código Atividade	Descrição Atividade (68)	Código Atividade	Descrição Atividade (41)
6800	Atividades imobiliárias	6800	Atividades imobiliárias
6980	Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	6981	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
7180	Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	6981	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
7380	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	6981	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
7700	Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	6981	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
7880	Outras atividades administrativas e serviços complementares	7881	Atividades administrativas e serviços complementares
8000	Atividades de vigilância, segurança e investigação	7881	Atividades administrativas e serviços complementares
8400	Administração pública, defesa e seguridade social	8400	Administração pública, defesa e seguridade social
8591	Educação pública	8591	Educação pública
8592	Educação privada	8592	Educação privada
8691	Saúde pública	8691	Saúde pública
8692	Saúde privada	8692	Saúde privada
9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	9080	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais	9480	Organizações associativas e outros serviços pessoais
9700	Serviços domésticos	9700	Serviços domésticos

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2: Compatibilização da classificação dos produtos da Tabela de Recurso e Usos do Espírito Santo TRU – ES e Tabela de Recursos e Usos do Brasil (TRU – BR)

Código do produto	Descrição do produto (128)	Código do produto	Descrição do produto (89)
01911	Arroz, trigo e outros cereais	01911	Arroz, trigo e outros cereais
01912	Milho em grão	01912	Milho em grão
01913	Algodão herbáceo, outras fibras da lav. temporária	01916	Outros produtos e serviços da lavoura temporária
01914	Cana-de-açúcar	01914	Cana-de-açúcar
01915	Soja em grão	01916	Outros produtos e serviços da lavoura temporária
01916	Outros produtos e serviços da lavoura temporária	01916	Outros produtos e serviços da lavoura temporária
01917	Laranja	01917	Laranja
01918	Café em grão	01918	Café em grão
01919	Outros produtos da lavoura permanente	01919	Outros produtos da lavoura permanente
01921	Bovinos e outros animais vivos, prods. animal, caça e serv.	01921	Bovinos e outros animais vivos, prods. animal, caça e serv.
01922	Leite de vaca e de outros animais	01922	Leite de vaca e de outros animais
01923	Suínos	01923	Suínos
01924	Aves e ovos	01924	Aves e ovos
02801	Produtos da exploração florestal e da silvicultura	02801	Produtos da exploração florestal e da silvicultura
02802	Pesca e aquicultura (peixe, crustáceos e moluscos)	02802	Pesca e aquicultura (peixe, crustáceos e moluscos)
05801	Carvão mineral	05801	Carvão mineral
05802	Minerais não-metálicos	05802	Minerais não-metálicos
06801	Petróleo, gás natural e serviços de apoio	06801	Petróleo, gás natural e serviços de apoio
07911	Minério de ferro	07911	Minério de ferro
07921	Minerais metálicos não-ferrosos	07921	Minerais metálicos não-ferrosos
10911	Carne de bovinos e outros prod. de carne	10911	Carne de bovinos e outros prod. de carne
10912	Carne de suíno	10912	Carne de suíno
10913	Carne de aves	10913	Carne de aves
10914	Pescado industrializado	10938	Outros produtos alimentares
10915	Leite resfriado, esterilizado e pasteurizado	10915	Leite resfriado, esterilizado e pasteurizado
10916	Outros produtos do laticínio	10916	Outros produtos do laticínio
10921	Açúcar	10921	Açúcar
10931	Conservas de frutas, legumes, outros vegetais e sucos de frutas	10931	Conservas de frutas, legumes, outros vegetais e sucos de frutas
10932	Óleos e gorduras vegetais e animais	10938	Outros produtos alimentares
10933	Café beneficiado	10933	Café beneficiado
10934	Arroz beneficiado e produtos derivados do arroz	10938	Outros produtos alimentares
10935	Produtos derivados do trigo, mandioca ou milho	10935	Produtos derivados do trigo, mandioca ou milho
10936	Rações balanceadas para animais	10936	Rações balanceadas para animais
10937	Outros produtos alimentares	10938	Outros produtos alimentares
11001	Bebidas	11001	Bebidas
12001	Produtos do fumo	31803	Produtos de indústrias diversas
13001	Fios e fibras têxteis beneficiadas	13000	Produtos têxteis, vestuário, calçados e couros

Continua

Continuação

Código do produto	Descrição do produto (128)	Código do produto	Descrição do produto (89)
13002	Tecidos	13000	Produtos têxteis, vestuário, calçados e couros
13003	Art. têxteis de uso doméstico e outros têxteis	13000	Produtos têxteis, vestuário, calçados e couros
14001	Artigos do vestuário e acessórios	13000	Produtos têxteis, vestuário, calçados e couros
15001	Calçados e artefatos de couro	13000	Produtos têxteis, vestuário, calçados e couros
16001	Produtos de madeira, exclusive móveis	16001	Produtos de madeira, exclusive móveis
17001	Celulose	17001	Celulose
17002	Papel, papelão, embalagens e artefatos de papel	17002	Papel, papelão, embalagens e artefatos de papel
18001	Serviços de impressão e reprodução	18001	Serviços de impressão e reprodução
19911	Combustíveis para aviação	19910	Produtos do refino do petróleo
19912	Gasoálcool	19910	Produtos do refino do petróleo
19913	Naftas para petroquímica	19910	Produtos do refino do petróleo
19914	Óleo combustível	19910	Produtos do refino do petróleo
19915	Diesel - biodiesel	19910	Produtos do refino do petróleo
19916	Outros produtos do refino do petróleo	19910	Produtos do refino do petróleo
19921	Etanol e outros biocombustíveis	19921	Etanol e outros biocombustíveis
20911	Produtos químicos inorgânicos	20910	Produtos químicos orgânicos e inorgânicos
20912	Abugos e fertilizantes	20910	Produtos químicos orgânicos e inorgânicos
20913	Produtos químicos orgânicos	20910	Produtos químicos orgânicos e inorgânicos
20914	Resinas, elastômeros e fibras artif. e sintéticas	20914	Resinas, elastômeros e fibras artif. e sintéticas
20921	Defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários	20920	Produtos químicos diversos
20922	Produtos químicos diversos	20920	Produtos químicos diversos
20923	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	20923	Tintas, vernizes, esmaltes e lacas
20931	Perfumaria, sabões e artigos de limpeza	20931	Perfumaria, sabões e artigos de limpeza
21001	Produtos farmacêuticos	21001	Produtos farmacêuticos
22001	Artigos de borracha	22001	Artigos de borracha
22002	Artigos de plástico	22002	Artigos de plástico
23001	Cimento	23001	Cimento
23002	Artefatos de cimento, gesso e semelhantes	23002	Artefatos de cimento, gesso e semelhantes
23003	Vidros, cerâmicos e outros prod. de minerais não-metálicos	23003	Vidros, cerâmicos e outros prod. de minerais não-metálicos
24911	Ferro-gusa e ferroligas	24911	Ferro-gusa e ferroligas
24912	Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço	24912	Semi-acabados, laminados planos, longos e tubos de aço
24921	Produtos da metalurgia de metais não-ferrosos	24921	Produtos da metalurgia de metais não-ferrosos
24922	Peças fundidas de aço e de metais não ferrosos	24922	Peças fundidas de aço e de metais não ferrosos
25001	Produtos de metal, excl. máquinas e equipamentos	25001	Produtos de metal, excl. máquinas e equipamentos
26001	Componentes eletrônicos	26000	Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
26002	Máquinas para escritório e equip. de informática	26000	Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
26003	Material eletrônico e equip. de comunicações	26000	Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
26004	Equip. de medida, teste e controle, ópticos e eletromédicos	26000	Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
27001	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	27000	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Continua

Continuação

Código do produto	Descrição do produto (128)	Código do produto	Descrição do produto (89)
27002	Eletrodomésticos	27000	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos
28001	Tratores e outras máquinas agrícolas	28000	Máquinas e equipamentos mecânicos
28002	Máquinas para a extração mineral e a construção	28000	Máquinas e equipamentos mecânicos
28003	Outras máquinas e equipamentos mecânicos	28000	Máquinas e equipamentos mecânicos
29911	Automóveis, camionetas e utilitários	29910	Veículos, peças e acessórios
29912	Caminhões e ônibus, incl. cabines, carrocerias e reboques	29910	Veículos, peças e acessórios
29921	Peças e acessórios para veículos automotores	29910	Veículos, peças e acessórios
30001	Aeronaves, embarcações e outros equipamentos de transporte	30001	Aeronaves, embarcações e outros equipamentos de transporte
31801	Móveis	31801	Móveis
31802	Produtos de indústrias diversas	31803	Produtos de indústrias diversas
33001	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	33001	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos
35001	Eleticidade, gás e outras utilidades	35001	Eleticidade, gás e outras utilidades
36801	Água, esgoto, reciclagem e gestão de resíduos	36801	Água, esgoto, reciclagem e gestão de resíduos
41801	Edificações	41800	Construção
41802	Obras de infraestrutura	41800	Construção
41803	Serviços especializados para construção	41800	Construção
45001	Comércio e reparação de veículos	45001	Comércio e reparação de veículos
46801	Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores	46801	Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores
49001	Transporte terrestre de carga	49001	Transporte terrestre de carga
49002	Transporte terrestre de passageiros	49002	Transporte terrestre de passageiros
50001	Transporte aquaviário	50001	Transporte aquaviário
51001	Transporte aéreo	51001	Transporte aéreo
52801	Armazenamento e serviços auxiliares aos transportes	52801	Armazenamento e serviços auxiliares aos transportes
52802	Correio e outros serviços de entrega	52802	Correio e outros serviços de entrega
55001	Serviços de alojamento em hotéis e similares	55001	Serviços de alojamento em hotéis e similares
56001	Serviços de alimentação	56001	Serviços de alimentação
58001	Livros, jornais e revistas	58000	Serviços de informação
59801	Serviços cinematográficos, música, rádio e televisão	58000	Serviços de informação
61001	Telecomunicações, TV por assinatura e outros serv. relacionados	58000	Serviços de informação
62801	Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	58000	Serviços de informação
64801	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	64801	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar
68001	Aluguel efetivo e serviços imobiliários	68000	Aluguel e serviços imobiliários
68002	Aluguel imputado	68000	Aluguel e serviços imobiliários
69801	Serviços jurídicos, contabilidade e consultoria	69800	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
71801	Pesquisa e desenvolvimento	69800	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
71802	Serviços de arquitetura e engenharia	69800	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
73801	Publicidade e outros serviços técnicos	69800	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas

Continua

Conclusão

Código do produto	Descrição do produto (128)	Código do produto	Descrição do produto (89)
77001	Aluguéis não-imob. e gestão de ativos de propriedade intelectual	69800	Atividades profissionais, científicas, técnicas e gestão não imobiliária prestados às empresas
78801	Condomínios e serviços para edifícios	78800	Serviços administrativos e complementares
78802	Outros serviços administrativos	78800	Serviços administrativos e complementares
80001	Serviços de vigilância, segurança e investigação	78800	Serviços administrativos e complementares
84001	Serviços coletivos da administração pública	84000	Serviços coletivos da administração pública, previdência e assistência social
84002	Serviços de previdência e assistência social	84000	Serviços coletivos da administração pública, previdência e assistência social
85911	Educação pública	85911	Educação pública
85921	Educação privada	85921	Educação privada
86911	Saúde pública	86911	Saúde pública
86921	Saúde privada	86921	Saúde privada
90801	Serviços de artes, cultura, esporte e recreação	90801	Serviços de artes, cultura, esporte e recreação
94801	Organizações patronais, sindicais e outros serviços associativos	94801	Organizações patronais, sindicais e outros serviços associativos
94802	Manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos	94802	Manutenção de computadores, telefones e objetos domésticos
94803	Serviços pessoais	94803	Serviços pessoais
97001	Serviços domésticos	97001	Serviços domésticos

Fonte: Elaboração própria.